EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: POLÍTICAS E PROCESSOS

PERMANENT HEALTH EDUCATION: POLICIES AND PROCESSES

EDUCACIÓN PERMANENTE EN SALUD: POLÍTICAS Y PROCESOS

Jair Antônio Zancan[1]

Silvia Regina Canan[2]

RESUMO

Este estudo pertence ao âmbito da política e gestão pública, possui como objetivo central tratar sobre questões referentes a humanização das instituições de saúde no tratamento dos pacientes, para tanto, serão abordadas questões referentes a educação permanente em saúde, as políticas públicas e processos que englobam essa questão. Trata-se de um estudo bibliográfico, documental e qualitativo. Percebe-se que, ao longo dos anos, as políticas vem sendo ampliadas, visando concretizar os princípios do SUS no dia a dia dos serviços de saúde, buscando consolidar mudanças positivas nas maneiras de gerir e cuidar, fomentando a comunicação entre os gestores, trabalhadores e usuários, para que assim seja possível enfrentar as relações de poder e as práticas desumanizadoras, favorecendo a autonomia e a corresponsabilidade. O estudo aqui desenvolvido evidencia que ainda há um longo caminho a ser percorrido, porém, cada vez mais se fortalece a consciência sobre a relevância de atendimentos humanizados na área de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente em Saúde. Políticas Públicas. Gestão Pública. Humanização das Instituições de Saúde.

ABSTRACT

This study belongs to the scope of public policy and management, has as its central objective to deal with issues related to the humanization of health institutions in the treatment of patients. This is a bibliographic, documentary, and qualitative study. It is noticed that, over the years, policies have been expanded, aiming to implement the principles of SUS in the daily life of health services, seeking to consolidate positive changes in the ways of managing and caring, promoting communication between managers, workers and users, so that it is possible to face power relations and dehumanizing practices, favoring autonomy and co-responsibility. The study developed here shows that there is still a long way to go, however, awareness about the relevance of humanized care in the health area is increasingly strengthened.

KEYWORDS: Permanent Education in Health. Public policy. Public Management. Humanization of Health Institutions.

---

[1] Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - PPGEDU Mestrado e Doutorado/URI. Possui Especialização em Saúde Pública, pela AVM Faculdade Integrada; Especialização em Administração Hospitalar, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. É graduado em Farmácia pela mesma Instituição, na qual também realizou o Aperfeiçoamento em Saúde da Família. Está cursando MBA em Gestão Pública, pela AVM Faculdade Integrada. Atua como farmacêutico na empresa AGAFARMA, de Taquaruçu do Sul/RS, da qual também é proprietário. E-mail: jairzancan@yahoo.com.br

[2] Licenciada em Pedagogia pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, Especialista em Alfabetização pela PUC/RS ? Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Educação pela UFRGS ? Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Educação pela UNISINOS ? Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.

Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

RESUMEN
Este estudio pertenece al ámbito de la política y gestión pública, tiene como objetivo central tratar temas relacionados con la humanización de las instituciones de salud en el tratamiento de los pacientes. Se trata de un estudio bibliográfico, documental y cualitativo. Se percibe que, a lo largo de los años, las políticas han sido ampliadas, con el objetivo de implementar los principios del SUS en el día a día de los servicios de salud, buscando consolidar cambios positivos en las formas de gestionar y cuidar, promoviendo la comunicación entre gestores, trabajadores y usuarios, para que sea posible enfrentar las relaciones de poder y las prácticas deshumanizantes, favoreciendo la autonomía y la corresponsabilidad. El estudio aquí desarrollado muestra que aún queda un largo camino por recorrer, sin embargo, cada vez se fortalece más la conciencia sobre la relevancia del cuidado humanizado en el área de la salud.

PALABRAS CLAVE: Educación Permanente en Salud. Políticas públicas. Gestión pública. Humanización de las Instituciones de Salud.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 2004, foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que representa um marco para a formação e trabalho em saúde no Brasil. A PNEPS foi revisada em 2018 e sua proposta assume a regionalização da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), visando construir bases para o desenvolvimento de iniciativas qualificadas para o enfrentamento das carências e das necessidades do sistema nacional de saúde (BRASIL, 2018).

Cabe aqui, uma breve explanação conceitual e histórica sobre o SUS. Sua criação ocorreu durante o processo de democratização do país, quando se passou a entender a saúde como direito de todos os cidadãos e dever de Estado. Sua implantação foi o resultado de uma crise de financiamento que se refletiu na saúde e teve seu ápice na retirada do financiamento dessa área, pela Previdência Social, em 1993. O SUS oferece a todo cidadão brasileiro acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde, dessa forma, é considerado um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos do mundo, beneficiando em torno 180 milhões de brasileiros com atendimentos ambulatoriais simples e de alta complexidade, como transplantes de órgãos. (GERSCHMAN; SANTOS, 2006).

De acordo com a PNEPS, o conceito de educação na saúde versa sobre a produção e sistematização de conhecimentos atinentes à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, abrangendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientações curriculares, podendo ser dividida em educação continuada e educação permanente em saúde (EPS). A EPS se configura como a aprendizagem que acontece no trabalho, na qual o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano, baseando-se na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais (BRASIL, 2018).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

Pensando na importância da formação permanente dos profissionais de saúde, destaca-se que a gestão em saúde pode ser definida como o conhecimento aplicado para a organização das instituições de saúde, salienta-se que os profissionais, em geral, não se encontram preparados para atuar na gestão em saúde e como marca deste despreparo está a frágil formação destes profissionais, assim como a descontinuidade em sua educação permanente (LORENZETTI; et al., 2014)

Já a Política Nacional de Humanização (PNH), lançada em 2013, procura concretizar os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde, determinar mudanças positivas nas maneiras de gerir e cuidar, fomentar a comunicação entre gestores, trabalhadores e usuários, para enfrentar as relações de poder e as práticas desumanizadoras, favorecendo a autonomia e a corresponsabilidade (BRASIL, 2013).

Um dos conceitos trabalhados nessa política é o empowerment, trata-se de um conceito complexo que envolve muitos campos de conhecimento, na área da saúde, é entendido como um processo envolto na transformação da realidade, na produção de saúde e de sujeitos saudáveis, concretizado com a participação social, posta como objetivo efetivo da promoção de saúde (SOUZA et al., 2014).

Salienta-se que, nesse estudo, a compreensão sobre o que significa *empowerment* acompanha a conceituação realizada por Shor e Freire (1986, p. 10), que sinalizam que a palavra possui muita riqueza e significa "a) dar poder a, b) ativar a potencialidade criativa, c) desenvolver a potencialidade criativa do sujeito, d) dinamizar a potencialidade do sujeito". Logo, o *empowerment* visa descentralizar o poder de decisão, passando a distribuí-lo para todos, que passam a ter suas opiniões e sugestões validadas.

Esse artigo se apoiará nos estudos de autores como Bauman (2007); Bomfim et al. (2017); Coswosk et al. (2018); Delors (1996); Demo (2010;2012); Falkenberg (2014); Feio e Oliveira (2015); Freire (1996); Gramsci (2001); Morin (2000); Shor e Freire (1986) entre outros estudiosos da área. Também serão considerados os documentos oficiais que abordam a temática, sejam eles leis, normativas, resoluções, manuais ou outros documentos considerados válidos para esse debate.

O presente estudo apresentará, após a introdução, a metodologia seguida para a pesquisa, após será discorrido sobre as políticas e os processos referentes a formação permanente em saúde e as conclusões da pesquisa.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

METODOLOGIA

A metodologia é a apresentação do trajeto que o pesquisador vai percorrer, abrangendo os métodos e as técnicas utilizados para encontrar a melhor forma de ajudar a compreender e responder ao problema de pesquisa.

Apresenta-se aqui um estudo bibliográfico e documental que, de acordo com Gil (2008), desenvolve-se seguindo algumas etapas, é realizado com o estudo de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos, o autor assinala que praticamente todos os estudos precisam de revisão bibliográfica em algum nível e muitos são realizados exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

A pesquisa é qualitativa, essa abordagem nas pesquisas em saúde tem se tornado cada vez mais usual, pois possibilita investigar as representações, as crenças, os valores, as explicações e as opiniões que se expressam nas interações sociais, também orienta o estudo a partir do ponto de vista dos atores sociais, considerando as suas informações e buscando uma compreensão do nicho no qual a pesquisa é desenvolvida, conseguindo, assim, realizar uma pesquisa flexível e interativa (GOMES, 2014).

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: DEFININDO CONCEITOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

O termo educação em saúde possui muitas definições que podem ser encontradas em diferentes trabalhos científicos, essa multiplicidade de concepções alerta para a complexidade do tema estudado. Nesses escritos, o conceito de educação em saúde que mais se aproxima do pretendido e que está sendo utilizado como norteador do estudo que vimos desenvolvendo é o que vê o ser humano como um ser completo e multidimensional, avaliando seus aspectos de saúde física, econômica, cultural, social, ambiental, política e biológica (FEIO; OLIVEIRA, 2015).

É importante trazer aqui uma diferenciação dos termos Educação em Saúde e Educação na Saúde. De acordo com Falkenberg et al. (2014) a educação em saúde é considerada o processo educativo de construção de conhecimentos em saúde, busca atualizar a população sobre a temática. As práticas de educação em saúde envolvem os profissionais de saúde, os gestores que apoiam esses profissionais e a população. Ela solicita um pensar crítico e reflexivo, visando revelar a realidade e propor ações transformadoras que levem os sujeitos à sua emancipação histórica e social, tornando-se, assim, capazes de opinar nas decisões sobre a sua

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

saúde e de sua comunidade.

Visando promover a educação em saúde, também é necessário que ocorra a educação voltada para os profissionais de saúde, essa denominada educação na saúde. Os autores Falkenberg et al. (2014) salientam que a educação na saúde incide na produção e sistematização de conhecimentos referentes à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, englobando práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientações curriculares. A atuação dos profissionais da saúde é múltipla e está em constante desenvolvimento, desses profissionais é exigida inteligência emocional e formação constante, para além da graduação (FALKENBERG; et al., 2014).

As pesquisas de Feio e Oliveira (2015) destacam que a educação em saúde é muito relevante para a promoção da saúde, definem que o ser humano é um ser multidimensional, com isso, a saúde não pode ser considerada como estática e sim como um processo em permanente alteração, processo do qual o indivíduo precisa participar, pensando no seu próprio bem-estar e no da sociedade na qual ele está inserido. Os autores ainda apontam:

> [...] As emoções influenciam continuamente a nossa relação com o outro e, para um profissional da área da Saúde, algumas influências podem interferir em suas relações com o seu paciente –aquelas que envolvem a morte, por exemplo, influenciam tanto o seu comportamento quanto o comportamento do outro. (FEIO; OLIVEIRA, 2015, p. 705).

Percebe-se que a área de saúde exige muito de seus profissionais, uma vez que estes estão diariamente em contato com as mais variadas situações, lidando com outros seres humanos em situação fragilizada por doenças ou perdendo entes queridos. Assim, as emoções acabam por influenciar os profissionais da área, que precisam estar preparados para estas situações.

Salienta-se que, embora, historicamente, muitos programas voltados para a área da saúde tenham sido criados, a educação permanente desta classe de trabalhadores só recentemente foi legitimada como política pública (MASSAROLI; SAUPE, 2008).

Existem tentativas para diferenciar a educação permanente e a educação continuada. A Organização Panamericana da Saúde (OPS, 1978 apud MASSAROLI; SAUPE, 2008) conceitua a Educação Continuada como um processo permanente, iniciado após a formação básica, um processo que visa atualizar e melhorar as aptidões de uma pessoa. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1982 apud MASSAROLI; SAUPE, 2008) assinala que a Educação Continuada é um processo que inclui as experiências posteriores ao treinamento inicial.

Logo, a educação continuada engloba as atividades de ensino e qualificação após o curso

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

de graduação, com objetivos mais restritos de atualização e obtenção de novas informações. Na área da saúde, os conceitos de educação continuada e educação permanente possuem significados semelhantes, muitas vezes tratados como sinônimos (MASSAROLI; SAUPE, 2008).

Reconhecidamente, o processo de ensino-aprendizagem é mutável, portanto, exige reflexão e crítica, levando os sujeitos a intervirem de forma prática nos espaços sociais em que estão inseridos. A educação permanente pode ser considerada uma ferramenta para formar profissionais com competências éticas, políticas e técnicas, neste quesito se inserem os profissionais de saúde, que precisam seguir buscando qualificação ao longo da carreira, precisando ir além da formação tecnicista, instruindo-os como sujeitos sociais responsáveis e empáticos (COSWOSK et al., 2018).

Logo, a educação permanente em saúde é um processo educativo que coloca em debate o dia a dia do trabalho em saúde, perpassando pelas relações concretas e possibilitando a construção de espaços coletivos para a reflexão e para avaliação do trabalho, de igual forma, possibilita a atualização das práticas de acordo com os aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis (OLIVEIRA et al., 2020).

Assim, a educação permanente se inicia na área política, necessitando de propostas educativas que sejam indutoras de mudanças nos serviços de saúde, sem desconsiderar os contextos locais. Sabe-se que o trabalho em saúde é complexo e seus profissionais exercem inúmeras funções que não podem ser aprendidas através de formações pontuais, assim, a educação permanente precisa promover e produzir sentidos, trazendo novos significados para a rotina de trabalho em saúde (OLIVEIRA et al., 2020).

Pela formação também se busca a valorização do trabalho e do trabalhador dessa área, permitindo o seu protagonismo e participação nas transformações do mundo do trabalho, transformação da realidade e reinvenção da forma de trabalhar, como consequência é possível a mudança de práticas em saúde (OLIVEIRA et al., 2020).

A modernização acaba, cada dia mais, robotizando os diagnósticos e os tratamentos em saúde, o que evidencia a necessidade de promover, nas instituições de saúde, espaços de discussão e oportunidades de ensino, visando que as ações dos profissionais estejam inseridas em ações educativas. Neste cenário, a educação permanente permite a atualização dos conhecimentos e aquisição de novas informações, o que possibilita que os profissionais de saúde sigam vivenciando novas experiências após sua formação inicial (COSWOSK et al., 2018).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

> Educação permanente é sinônimo de práticas educativas contínuas, destinadas ao desenvolvimento de potencialidades para uma mudança de atitudes e comportamentos nas áreas cognitiva, afetiva e psicomotora do ser humano, na perspectiva de transformação de sua prática. É notável a importância da educação permanente entre os profissionais de saúde, impedindo a estagnação profissional e pessoal desses elementos, gerando um processo influente no desenvolvimento crítico e na percepção de que a busca de ensino é instrumento para aprendizagem (COSWOSK et al., 2018, s/p).

A educação permanente possibilita que esses profissionais sigam percebendo que a realidade social em seu entorno muda a todo momento, a estagnação e a robotização dos modos de agir são muito prejudiciais em todas as áreas, mas principalmente em saúde, pois os profissionais estão lidando com indivíduos com todos os tipos de crenças e provenientes de vários contextos sociais distintos.

Os autores (2018) também assinalam a importância da formação permanente em saúde, principalmente na busca pela criticidade e humanização destes profissionais, nomeadamente nesse período, no qual a mecanização toma conta dos processos. A educação para profissionais de saúde é de extrema relevância, pois proporciona segurança e qualidade nas funções desenvolvidas e promove mudanças de postura sobre seu ambiente de trabalho, traz benefícios ao trabalhador, a instituição e aos pacientes.

Sabe-se que a formação é um dos pilares de sustentação do Sistema Único de Saúde (SUS) e foi por isso que o país instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) através da Portaria GM/MS n. 198/2004. A Educação Permanente em Saúde (EPS) é compreendida como um conceito pedagógico que relaciona ensino, serviço, docência e saúde, contribuindo para o desenvolvimento profissional, a gestão setorial e o controle social (FRANÇA; et al., 2017).

A Portaria n. 198/GM/2004, institui a PNEPS como estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. A referida normatização objetiva:

> I - identificar necessidades de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores de saúde e construir estratégias e processos que qualifiquem a atenção e a gestão em saúde e fortaleçam o controle social no setor na perspectiva de produzir impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva; II - mobilizar a formação de gestores de sistemas, ações e serviços para a integração da rede de atenção como cadeia de cuidados progressivos à saúde (rede única de atenção intercomplementar e de acesso ao conjunto das necessidades de saúde individuais e coletivas); III - propor políticas e estabelecer negociações interinstitucionais e intersetoriais orientadas pelas necessidades de formação e de desenvolvimento e pelos princípios e diretrizes do SUS, não substituindo quaisquer fóruns de formulação e decisão sobre as políticas de organização da atenção à saúde; IV - articular e estimular a transformação das práticas de saúde e de educação na saúde no conjunto do SUS e das instituições de ensino, tendo em vista a implementação das diretrizes curriculares nacionais para o conjunto dos cursos da área da saúde e a transformação de toda a rede de serviços e de gestão

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

> em rede-escola; V - formular políticas de formação e desenvolvimento de formadores e de formuladores de políticas, fortalecendo a capacidade docente e a capacidade de gestão do SUS em cada base locorregional; VI - estabelecer a pactuação e a negociação permanentes entre os atores das ações e serviços do SUS, docentes e estudantes da área da saúde; e VII - estabelecer relações cooperativas com as outras articulações locorregionais nos estados e no País (BRASIL, 2004, p. 02).

Percebe-se que essa legislação foi uma resposta às necessidades de formação e de desenvolvimento que os profissionais da área de saúde possuíam, percebendo que a atualização dos saberes iria propiciar um atendimento mais qualificado. Assim a portaria propõe, de forma interligada, a formação dos trabalhadores, dos gestores, dos formadores e de formuladores de políticas, a integração da rede e o estabelecimento de novas políticas de organização da atenção à saúde (BRASIL, 2004). Já a Portaria n. 399/GM/MS/2006 prevê que as diretrizes para o trabalho na educação na saúde devem considerar "a educação permanente parte essencial de uma política de formação e desenvolvimento dos trabalhadores para a qualificação do SUS" (BRASIL, 2006, s/p).

No ano de 2017, aconteceu em Brasília/DF, a Reunião Técnica Preparatória para discussão do processo de revisão da PNEPS, nesse momento a Educação Permanente em Saúde (EPS) é tratada como uma

> [...] estratégia político-pedagógica que toma como objeto os problemas e necessidades emanadas do processo de trabalho em saúde e incorpora o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema e a participação e controle social no cotidiano do trabalho com vistas à produção de mudanças (BRASIL, 2018, p. 13)

Através da EPS, espera-se qualificar e aperfeiçoar o trabalho na área da saúde, é uma busca por humanização e qualidade em prol do fortalecimento do SUS, inicialmente a criação da PNEPS teve como marco legal a Portaria GM/MS n. 198/2004, após as diretrizes foram publicadas na Portaria GM/MS 1.996/2007, que fomentou a condução regional da política e a participação interinstitucional, por meio das Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES), também determinou o orçamento para os projetos e as ações. A reunião técnica preparatória foi pensada visando a evolução destas portarias, partindo da discussão sobre a pertinência da revisão da PNEPS (BRASIL, 2018).

A EPS possui uma vertente pedagógica, tem como característica a busca por melhorar e qualificar as práticas dos sujeitos, que são as peças fundamentais de todo o processo que envolve a saúde no Brasil. São as relações e práticas dos profissionais de saúde e a busca por reconhecer a condição de aprender na interação entre os sujeitos, a EPS e o SUS estão interligados devido à espécie do processo pedagógico de trabalho, uma prática dialógica que interroga os sentidos dos sujeitos e as condições dos cenários (ROJAS; et al., 2019).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

Ferreira et al. (2019) realizaram uma revisão integrativa de literatura, visando analisar a apropriação da EPS pela Atenção Primária em Saúde no Brasil. Os autores destacam que a partir da implementação da política de EPS, a educação permanente passou por modificações quanto a sua compreensão na prática dos serviços, com base nos casos estudados, percebeu-se diferentes compreensões sobre EPS, porém o entendimento predominante, ainda, aproximou-se do conceito de educação tradicional.

Outra pesquisa foi realizada por Bomfim et al. (2017) visando discutir os sentidos e significados da EPS no trabalho das equipes de Saúde da Família, os autores realizaram entrevistas e observações com 11 trabalhadores da Atenção Básica e 5 gestores da Secretaria Municipal de Saúde. Com a análise dos dados coletados os autores assinalaram que os trabalhadores possuem entendimentos próximos ao conceito oficial da EPS, as entrevistas também revelaram uma concepção associada a cursos, capacitações e treinamentos, os quais promovem mudanças.

Weykamp et al. (2016) investigaram a percepção dos profissionais de enfermagem da Atenção Básica em relação às atividades de EPS, coletando dados em Unidades Básicas de Saúde. O estudo permitiu perceber que, na visão do grupo entrevistado, as atividades da EPS são ferramentas importantes em seus cotidianos de trabalhos, porém ainda há dificuldades para associá-la a PNEPS. Os autores ainda destacam que foi possível identificar a necessidade de um planejamento efetivo das atividades da EPS, de forma que elas se estendam ao ambiente de trabalho, possibilitando a valorização e o estímulo profissional.

Tratando de formação, pode-se referir aos estudos de Gramsci (2001), que possuem um forte caráter político, o estudioso assinala que os intelectuais formam o grupo social responsável pela manutenção de vínculo orgânico entre os sujeitos, apontando que as classes que possuem domínio econômico constroem para si camadas de intelectuais orgânicos, que representam, defendem, elaboram e dão coesão à ideologia dos grupos dominantes.

Assim, para que seja possível a construção de uma nova hegemonia é preciso superar o senso comum, para que sejam colocados em pauta os interesses de todas as classes, nesse sentido, é preciso de políticas e ideologias, o que só é possível por meio da educação em um processo de superação do senso comum e tomada de consciência (GRAMSCI, 2001)

Na visão de Bauman (2007), a formação funciona como propulsão para que seja possível atender às necessidades da sociedade, pois, cada vez mais são necessários profissionais autônomos e reflexivos. Mesmo que as pesquisas do autor sejam voltadas a formação docente, podemos perceber como a formação deste perfil de profissional também é urgente na área de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

saúde, uma vez que criação de vínculos interpessoais e a construção de um ambiente hospitaleiro e amigável são essenciais nos ambientes de saúde, pensando na reconstrução do espaço público, voltando-se para os interesses individuais e comuns, privados e comunais, direitos e deveres (BAUMAN, 2007).

Parece relevante fazer aqui uma interface da saúde com a educação. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a educação é um direito humano fundamental, sendo essencial para o exercício de todos os demais direitos. A educação é o fator que permite aos indivíduos aprenderem o que é necessário para viver com saúde e dignidade (UNESCO, 2021). Nesse sentido, a UNESCO considera como sua responsabilidade defender o direito de todos a ter educação ao longo da vida, seja essa educação formal, não formal ou informal, entendendo que a educação transforma vidas e acreditando que todos precisam ter acesso a uma educação de qualidade (UNESCO, 2021).

Para Freire (1996), a educação é uma maneira de intervenção no mundo, assim, precisa ser compreendida como um processo de humanização. Para o autor "a educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem" (FREIRE, 1996, p. 104), logo, é através da educação que se estabelece uma relação interativa entre os indivíduos, na perspectiva de transformar realidades.

Na concepção freireana, a educação permite a reciprocidade entre os sujeitos e a elaboração e apropriação crítica da realidade, a abordagem da educação realizada pelo autor não é unilateral, mas um processo dialético em que educador e educando estão imersos, aventurando-se para realizar descobertas compartilhadas (FREIRE, 1996).

Nesse ponto, a estreita relação em saúde e educação fica mais clara, pois sem possuir acesso à educação, o sujeito não se torna capaz de intervir e modificar sua realidade, para assim poder cobrar e prezar por sua saúde. Para que a educação em saúde seja realmente eficaz o paciente precisa compreender seus deveres para com sua saúde, evitando se expor a doenças pela desinformação.

Para Demo (2010, p. 869), pensando na educação como é "vendida" nos dias de hoje, seria de se esperar que os docentes e demais profissionais se mantivessem em constante "desconstrução", abertos para as mudanças necessárias e em constante formação. Dessa forma, o autor alerta para a necessidade de novos rumos para a formação original e permanente, tratando da formação permanente, Demo (2012) diz que o estudo deve ser parte essencial da formação de todos os profissionais, dando ênfase em seu texto para os docentes, para ele é preciso estabelecer um compromisso em desenvolver centros de formação permanente, que sejam capazes de ofertar cursos mais aprofundados, instigando a pesquisa e o aperfeiçoamento

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

profissional.

Na perspectiva de Delors (1996), a concepção de educação permanente precisa ser reestruturada, devendo, além do contexto profissional, englobar uma construção contínua do ser humano, considerando seu saber, suas aptidões, seu discernimento e suas ações, para que este possa tomar consciência de si mesmo e do meio no qual está inserido, podendo, assim, cumprir o seu papel social de trabalhador e cidadão.

> O conceito de educação ao longo de toda a vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Vem dar resposta ao desafio de um mundo em rápida transformação, mas não constitui uma conclusão inovadora, uma vez que já anteriores relatórios sobre educação chamaram a atenção para esta necessidade de um retorno à escola, a fim de se estar preparado para acompanhar a inovação, tanto na vida privada como na vida profissional. É uma exigência que continua válida e que adquiriu, até, mais razão de ser. E só ficará satisfeita quando todos aprendermos a aprender (DELORS, 1996, p. 19).

A aprendizagem ao longo da vida já é idealizada a muito tempo, embora a expressão em si, seja recente, trata-se de buscar continuamente por atualização e conhecimento, seja na área profissional, acadêmica ou pessoal, logo, refere-se a um aprendizado que é flexível, diversificado e disponível em diferentes tempos e lugares.

Bauman, em entrevista concedida a Porcheddu; Rezende e Bulgarelli (2009), assinala que a educação tem sua verdadeira essência enraizada na escola, porém, na modernidade líquida, é preciso considerar que os centros de ensino são constantemente submetidos à pressão "desinstitucionalizante", o que acarreta muita pressão e constantemente sua existência é sempre posta em dúvida.

Ainda para Bauman, a educação permanente é a única possível nos dias de hoje, pois inicialmente, a universidade ensinava regras seguras para praticar a profissão até a aposentadoria, o que não é mais realidade nos dias de hoje, uma vez que o conhecimento precisa ser constantemente renovado e as profissões mudam a todo instante (PORCHEDDU; REZENDE; BULGARELLI, 2009).

São pertinentes os apontamentos de Morin (2000, p. 36) que sinaliza que o "conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. [...] Para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se anuncia", logo, é evidente que o contexto precisa ser considerado quando se pensa em educação permanente, pois essa é também uma estratégia de ação para o enfrentamento de mudanças e imprevistos da vida, a educação para a vida, como visto aqui, é uma forma de aprender a lidar com as incertezas e com os imprevistos que podem surgir no contexto de cada indivíduo.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

Compreender as políticas e os processos envolvidos na educação permanente em saúde é muito relevante para que seja possível traçar um curso rumo ao ideal desejado, seja ele potencializar a humanização da atenção em saúde.

CONCLUSÃO

Ao concluir, provisoriamente esse artigo, percebe-se, com base nos autores estudados, que a educação perpassa todos os campos da vida, pois trata da interação entre os indivíduos envolvidos em determinado contexto em consonância com o mundo em sua volta.

Na área da saúde, embora seja um processo complexo, refere-se a um paralelo entre as duas áreas, tendo na Educação a fórmula para transformar comportamentos e na Saúde os conhecimentos científicos capazes de intervir sobre as enfermidades de um indivíduo. Com isso, a educação em saúde se torna um processo educativo que abarca as relações entre os profissionais da área de Saúde e a população.

Busca-se destacar aqui que, por meio da formação permanente, pela reflexão e intervenção coletiva nas práticas de saúde, é possível fortalecer a organização de uma rede coletiva de produção de conhecimentos que seja capaz de transformar a realidade de muitos atendimentos em saúde atuais, abandonando os processos de trabalho unicamente hierarquizados e verticalizados, possibilitando que os pacientes se tornem protagonistas na produção do cuidado.

A formação é capaz de promover mudanças e humanização na área de saúde por meio de um caminho de construção coletiva, de aprendizagem e de partilha de conhecimentos, tendo na união entre a educação e a saúde um grande aliado. A dimensão formativa dos espaços em prol da cogestão como lócus formativo em saúde, permite a articulação dos espaços produzindo sujeitos críticos e novas práticas, com isso é possível desenhar processos formativos que se desenvolvem abrindo caminho para a humanização dos processos.

Ao abraçar essa abordagem, parte-se do princípio de que profissionais da área de saúde podem e devem ser protagonistas do processo de mudança de práticas que se quer operar. Deste modo, são capazes de produzir novos conhecimentos e congregá-los ao dia a dia do trabalho, com novas formas de cuidar, gerir e formar em saúde

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Jorge Zahar, 2007.

BOMFIM, Eliane dos Santos; et al. Educação permanente no cotidiano das equipes de saúde da família: utopia, intenção ou realidade? **Revista de Pesquisa:** Cuidado é Fundamental. v. 9, n. 2, p. 526-535, abr./jun. 2017.

BRASIL. **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**: Ambiência. 2. ed. Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? 1. ed. rev. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Portaria n. 198/GM/MS, em 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, fev. 2004a.

BRASIL. Portaria n. 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. **Diário Oficial da União (DOU)**. Brasília/DF, fev. 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Humanizacao (PNH)**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2013.

COSWOSK, Édila Dalmaso; et al. Educação continuada para o profissional de saúde no gerenciamento de resíduos de Saúde. **Revista Brasileira de Análises Clínicas** - RBAC. Rio de janeiro/ RJ, v. 50, n 3, nov. 2018.

DELORS, Jacques. **Educação, um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo/SP: Editora Cortez; UNESCO; MEC/Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

DEMO, Pedro. **O mais importante da educação importante**. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2012.

DEMO, Pedro. Rupturas urgentes em educação. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro/RJ, v. 18, n. 69, p. 861-872, out./dez. 2010.

FALKENBERG, Mirian Benites; et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro/RJ, v. 19, n. 3, mar. 2014.

FEIO, Ana; OLIVEIRA, Clara Costa. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. **Saúde & Sociedade**. Maceió/AL, v. 24, n. 2, p. 703-715, 2015.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.	
Recebido em: 25 out. 2022	Aceito em: 20 dez. 2022

FERREIRA, Lorena; et al. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Saúde Debate**. Rio de Janeiro/RJ, v. 43, n. 120, p. 223-239, jan./mar. 2019.

FRANÇA, Tânia; et al. Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1817-1828, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Paz e Terra, 1996

GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. O sistema único de saúde como desdobramento das políticas de saúde do século XX. **Revista brasileira de ciências sociais**, [S.l.], v. 21, n. 61, jun. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/SP: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução: COUTINHO, Carlos Nelson. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Civilização Brasileira, 2001.

LORENZETTI, Jorge; et al. Gestão em Saúde no Brasil: diálogo com gestores públicos e privados. **Texto & Contexto** - Enfermagem, Florianópolis/SC, v. 23, n. 2, p. 417-425, abr./jun. 2014.

MASSAROLI, Aline; SAUPE, Rosita. **Distinção conceitual**: educação permanente e educação continuada no processo de trabalho em saúde. Projeto de pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC). CNPq, 2008.

MORIN. Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

OLIVEIRA, Israel Victor de; et al. Educação Permanente em Saúde e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: um estudo transversal e descritivo. **Revista Saúde Debate**. Rio De Janeiro/RJ, v. 44, n. 124, p. 47-57, jan./mar. 2020.

PORCHEDDU, Alba; REZENDE, Neide Luzia de; BULGARELLI, Marcello. Zygmunt Bauman: entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida **Caderno de Pesquisa**, v. 39, n. 137, ago. 2009.

ROJAS, Fagner Luiz Lemes; et al. Educação permanente em saúde: o repensar sobre a construção das práticas de saúde. **Journal Health NPEPS**. v. 4, n. 2, p. 310-330, jul./dez. 2019.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia** – O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro/RJ: Editora Paz e Terra, 1986.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.

Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022

SOUZA, Janaina Medeiros de; et al. Aplicabilidade prática do empowerment nas estratégias de promoção da saúde. **Ciência e saúde coletiva**. v. 19, n. 7, jul. 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **A educação transforma vidas**. 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/education>. Acesso em: 28 set. 2021.

WEYKAMP, Juliana Marques; et al. Educação permanente em saúde na atenção básica: percepção dos profissionais de enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria/RS, v. 6, n. 2, p. 281-289, abr./jun. 2016.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2023.
Recebido em: 25 out. 2022 | Aceito em: 20 dez. 2022